



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 565/2013

Altera a Lei nº 15.254, de 11 de setembro de 2006, de concessão de Título de Utilidade Pública.


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.254, de 11 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

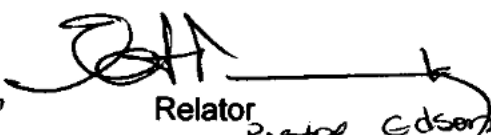
"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade Santa Casa de Ubatã – Ascau, com sede e foro no Município de Ubatã."

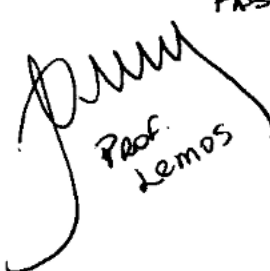
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente

 JONAS GUIMARÃES

 Relator
Pastor Edson

 Prof.
Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 579/2013

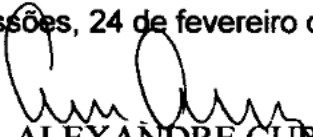
Altera a Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator Pastor Edson


Pastor Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 628/2013

Altera a Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.735, 30 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cruz Machado, com sede no Município de Cruz Machado e foro no Município de União da Vitória.”


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

PASTOR Edson


Jonas
Guimarães


Prof.
Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 629/2013

Altera a Lei nº 11.398, de 30 de maio de 1996, de concessão de Título de Utilidade Pública.


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.398, de 30 de maio de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Braganey, com sede no Município de Braganey e foro no Município de Corbélia.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões 24 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

PASTOR Edson


Pastor Lemos


Jonas
Guimarães



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 687/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

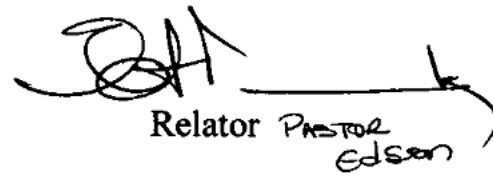
Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 13.015, de 11 de dezembro de 2000;
- II - Lei nº 13.075, de 16 de janeiro de 2001;
- III - Lei nº 13.082, de 16 de janeiro de 2001 e
- IV - Lei nº 13.107, de 16 de janeiro 2001.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator Pastor
Edson


Jones
Guimarães


Prof.
Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 688/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 9.677, de 5 de setembro de 1991;
- II - Lei nº 9.876, de 20 de dezembro de 1991;
- III - Lei nº 9.927, de 8 de abril de 1992;
- IV - Lei nº 9.933, de 16 de abril de 1992;
- V - Lei nº 10.048, de 16 de julho de 1992;
- VI - Lei nº 10.108, de 9 de outubro de 1992;
- VII - Lei nº 10.286, de 17 de maio de 1993;
- VIII - Lei nº 10.325, de 7 de junho de 1993;
- IX - Lei nº 10.326, de 7 de junho de 1993;
- X - Lei nº 11.340, de 17 de janeiro de 1996;
- XI - Lei nº 11.388, de 21 de maio de 1996;
- XII - Lei nº 11.546, de 2 de outubro de 1996;
- XIII - Lei nº 11.675, de 6 de fevereiro de 1997;
- XIV - Lei nº 11.693, de 17 de fevereiro de 1997 e
- XV - Lei nº 11.846, de 3 de outubro de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


JONAS
GUIMARÃES


Relator PASTOR
Edson


Prof.
Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 709/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.


Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

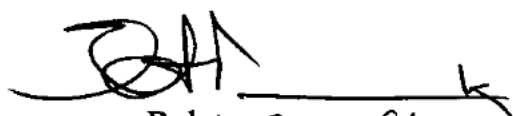
- I - Lei nº 10.084, de 21 de setembro de 1992;
- II - Lei nº 11.684, de 6 de fevereiro de 1997;
- III - Lei nº 12.445, de 13 de janeiro de 1999;
- IV - Lei nº 12.505, de 22 de janeiro de 1999;
- V - Lei nº 13.098, de 16 de janeiro de 2001 e
- VI - Lei nº 13.247, de 3 de agosto de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


JONAS
GUIMARÃES


Relator Pastor Edson


Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Redação Final ao Projeto de Lei nº 726/2013

Autoriza o Poder Executivo a instituir
a Fundação Estatal de Atenção em
Saúde do Estado do Paraná -
FUNEAS-PARANÁ.

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná - FUNEAS-PARANÁ, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse e de utilidade públicos, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais, observadas as regras desta Lei.

§ 1º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá sede e foro no Município de Curitiba e seu prazo de duração será indeterminado.

§ 2º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná integrará a Administração Pública Indireta do Estado do Paraná e vincular-se-á à Secretaria de Estado da Saúde para efeito de supervisão e fiscalização de suas finalidades.

Art. 2º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde ambulatorial e hospitalar, de desenvolvimento, pesquisa e tecnologia em produção de imunobiológicos, medicamentos e insumos, e de educação permanente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS do Estado do Paraná nas unidades próprias da Secretaria de Estado da Saúde.

§ 1º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná não exercerá atividades no âmbito dos hospitais universitários do Estado do Paraná.

§ 2º As ações e os serviços de saúde mencionados no *caput* deste artigo serão desenvolvidos de maneira sistêmica e integrarão uma rede regionalizada e hierarquizada em nível de complexidade crescente do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná, da qual a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná é parte integrante, devendo observar todos os seus princípios e diretrizes, com acompanhamento pelo Conselho Estadual de Saúde.

§ 3º É vedado à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná desenvolver atividades de saúde que exijam poder de autoridade do Estado.

Art. 3º A constituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será lavrada por escritura pública, de acordo com o disposto no Código Civil, e efetivar-se-á com o registro de seus atos constitutivos no competente Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba, e para os efeitos notariais e outros, reger-se-á por seu Estatuto Social.

Parágrafo único. O Estatuto Social da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será apresentado ao Conselho Estadual de Saúde e será aprovado por decreto do Governador do Estado.

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 4º O patrimônio da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será constituído pelos bens móveis e imóveis que adquirir, os que lhe forem transferidos ou doados pelo Estado do Paraná ou por outras pessoas jurídicas de direito público ou privado e por pessoas físicas.

§ 1º Só será admitida doação à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná de bens livres e desembaraçados.

§ 2º No caso de extinção da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, que somente se dará por lei, todos os seus bens móveis e imóveis, independentemente de sua forma de aquisição, se por doação, compra ou outra forma de transferência da propriedade, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Paraná, devendo o Conselho Curador se reunir, em seção extraordinária, para tratar do inventário desses bens.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, de imóvel de sua propriedade, descrito na Transcrição nº 4.172 do 3º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, sendo um terreno medindo vinte metros de frente para a Rua Barão do Rio Branco, por quarenta metros de fundos.

§ 4º O imóvel referido no § 3º do art. 4º desta Lei, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 5º Constituem receitas da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná:

I – os recursos provenientes do Contrato de Gestão entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o Governo do Estado;

II – os recursos oriundos de convênios, acordos ou contratos celebrados com a Administração Pública e com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, respeitando o disposto no § 2º deste artigo;

III - as doações, legados e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

IV - as resultantes da alienação de bens não essenciais à sua finalidade, autorizada pelo Conselho Curador, observado o disposto no Estatuto;

V - as resultantes de aplicações financeiras, na forma da legislação vigente; e

VI - receitas de qualquer natureza provenientes do exercício de suas atividades, nelas incluídas receitas por prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º As receitas decorrentes das ações de assistência à saúde ou de qualquer outro serviço próprio às suas finalidades estatutárias serão consideradas como receita própria da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

§ 2º Os serviços de saúde considerados como de acesso universal e gratuitos serão prestados com exclusividade ao Poder Público, no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante Contrato de Gestão, os quais serão colocados à disposição da população, ficando vedada à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná assumir compromissos com terceiros que violem os princípios do Sistema Único de Saúde, em especial, os da gratuidade da assistência à saúde do cidadão e igualdade de atendimento, vedado qualquer tipo de segmentação do atendimento.

CAPÍTULO III DA DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná terá os seguintes órgãos de direção superior e de administração, respectivamente:

I - Conselho Curador;

II - Diretoria Executiva.

§ 1º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná contará com um Conselho Social Consultivo a ser indicado pelo Conselho Estadual de Saúde.

§ 2º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná contará com um setor de controle interno.

§ 3º O Estatuto Social irá dispor sobre o Conselho Social Consultivo e sobre o setor de controle interno.

Art. 7º O Conselho Curador será o órgão superior de direção, controle e fiscalização e constituir-se-á por nove membros titulares, sendo:

I – o Secretário de Estado da Saúde, como membro nato;

II – dois membros indicados pelo Governador;

III – dois membros indicados pelo Secretário de Estado da Saúde;

IV – dois membros representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde, sendo um representante dos trabalhadores de saúde e outro representante dos prestadores de serviços, ambos indicados pelo Conselho Estadual de Saúde e que não sejam membros do mesmo.

§ 1º O Conselho Curador será presidido pelo Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º O prazo de investidura dos Conselheiros é de dois anos, facultada a recondução.

§ 3º A cada membro titular corresponderá um suplente indicado pelo mesmo processo previsto no *caput* deste artigo.

§ 4º O membro do Conselho Curador que perder a condição que ensejou a sua nomeação para o Conselho perderá o seu mandato imediatamente, devendo ser nomeado, na forma desta Lei e do Estatuto, novo membro para completar o mandato.

§ 5º É obrigatória a participação da Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, a não ser quando não houver convocação.

§ 6º Os membros do Conselho Curador exercerão suas atribuições de forma não remunerada.

§ 7º Em casos de falecimento, renúncia, destituição ou incompatibilidade de um membro titular, o Conselho Curador empossará o suplente e solicitará a substituição no prazo máximo de trinta dias.

Art. 8º O Conselho Curador contará com uma assessoria para auxiliar nas atividades de fiscalização contábil, financeira e jurídica da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, emitindo análises e pareceres para o Conselho Curador.

Parágrafo único. Os membros assessores deverão possuir capacidade e notório conhecimento da área jurídica, econômico-financeira ou contábil, e suas funções serão consideradas de confiança do Conselho Curador, podendo, ainda, serem contratados profissionais por prazo determinado.

Art. 9º A Diretoria Executiva, órgão de direção subordinada ao Conselho Curador e administração superior da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, será constituída dos seguintes membros:

- I – um Diretor-Presidente;
- II – um Diretor Administrativo;
- III - um Diretor Financeiro;
- IV – um Diretor Técnico;
- V - um Diretor Jurídico.

§ 1º O Diretor-Presidente será nomeado pelo Governador, mediante indicação do Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º Os demais Diretores serão indicados pelo Diretor-Presidente e aprovados pelo Secretário de Estado da Saúde dentre profissionais de notório conhecimento e experiência na área de atuação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, nomeados pelo Governador do Estado.

§ 3º A Diretoria Executiva será de livre admissão e demissão.

§ 4º A Diretoria Executiva contará com assessores e assistentes de livre admissão e demissão, a ser definido no Estatuto Social.

§ 5º A Diretoria Executiva será responsável pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, com o Contrato de Gestão e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho Curador.

§ 6º A manutenção de qualquer membro da Diretoria Executiva fica vinculada, obrigatória e comprovadamente, à avaliação de seu desempenho, frente à gestão da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, principalmente no tocante ao cumprimento das metas qualitativas e quantitativas previstas nos Contratos de Gestão, conforme previsto no Estatuto e em atos do Conselho Curador.

§ 7º O Diretor-Presidente definirá dentre os membros da Diretoria Executiva quem o substituirá em suas faltas e impedimentos.

§ 8º O Diretor-Presidente participará do Conselho Curador como seu Secretário Executivo, cabendo-lhe, nesta condição, a implantação das decisões e deliberações do órgão.

Art. 10. O Diretor-Presidente representará a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, em juízo ou fora dela, ativa ou passivamente, podendo constituir mandatários ou delegar competência, permitindo, se for o caso, a subdelegação às autoridades subordinadas.

Art. 11. O Estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná disporá sobre sua estrutura, competências dos seus órgãos, as atribuições dos seus dirigentes, substituição dos membros, a periodicidade das reuniões do Conselho Curador e demais aspectos organizacionais.

Art. 12. O Estatuto da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será aprovado por decreto do Governador do Estado e as suas alterações deverão ser registradas no cartório competente, não sendo objeto de alteração as finalidades da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná.

CAPÍTULO IV DO REGIME DE EMPREGO E DO PESSOAL

Art. 13. O regime jurídico de pessoal da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º A contratação de pessoal do quadro permanente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná far-se-á por meio de concurso público.

§ 2º O quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho Curador definirá a estrutura de empregos e funções, os requisitos de admissão, a remuneração, a organização das carreiras, segundo a formação profissional ou as atribuições funcionais.

§ 3º A rescisão do contrato de trabalho do pessoal da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá ocorrer por ato unilateral, em qualquer hipótese motivado, garantido o contraditório.

§ 4º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná organizará o seu quadro de pessoal e seu plano de carreira de acordo com a política interna de desenvolvimento de pessoal.

§ 5º O Conselho Curador decidirá sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira e definirá a política de avaliação e desenvolvimento dos empregados.

§ 6º O concurso público será realizado para preenchimento de postos de trabalho do quadro de pessoal, sempre de acordo com as disponibilidades financeiras e as vagas definidas pelo Conselho Curador.

§ 7º A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá contratar pessoal por meio de processo seletivo para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificada, nas hipóteses em que couber, na forma da Lei Federal nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, em especial:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - assistência a emergências em saúde pública;

III - atividades de técnicas especializadas decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante serviço extraordinário;

IV - atividades didático-pedagógicas para a Escola de Saúde;

V - admissão de pesquisador, nacional ou estrangeiro, para projeto de pesquisa com prazo determinado.

Art. 14. Os atos do Conselho Curador que gerarem aumentos da despesa de pessoal deverão estar indicados previamente no orçamento anual da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e considerados no Contrato de Gestão.

CAPÍTULO V DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 15. O Contrato de Gestão será firmado entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o Governo do Estado, com a finalidade de definir as metas plurianuais e anuais da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, observado o disposto no § 1º do art. 2º desta Lei.

Art. 16. O Contrato de Gestão deverá definir as atribuições, responsabilidades, obrigações, inclusive as orçamentárias e financeiras da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, bem como os encargos do Governo do Estado e deverá conter, dentre outras, cláusulas que disponham sobre:

I - atendimento igualitário e equânime aos cidadãos, de forma sempre gratuita;

II - adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas;

III - obrigatoriedade de apresentação à Secretaria de Estado da Saúde de relatórios anuais de demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do Contrato de Gestão;

IV - obrigatoriedade de especificar o plano operativo anual proposto pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, estipular as metas a serem atingidas, os respectivos prazos de execução, bem como os critérios de avaliação de desempenho, mediante indicadores de excelência dos serviços e produtividade, dentre outros;

V - estimativa dos recursos e cronograma de desembolso dos recursos financeiros necessários à execução dos serviços pactuados, observando o cumprimento das metas durante a vigência do contrato;

VI - penalidades aplicáveis aos contratados, em caso de descumprimento injustificado de metas e obrigações pactuadas;

VII - prestação de serviços assistenciais, que deverá observar o ordenamento do acesso pelo sistema de regulação do Sistema Único de Saúde, atendendo às necessidades de saúde;

VIII - condições para revisão, renovação e prorrogação do Contrato de Gestão.

Art. 17. O Contrato de Gestão terá vigência de, no máximo, cinco anos, podendo ser renovado após esse período, observado o art. 15 desta Lei.

Art. 18. A Secretaria de Estado da Saúde avaliará trimestralmente o cumprimento das metas do Contrato de Gestão e realizará permanentemente a fiscalização e o monitoramento da execução do contrato.

Art. 19. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná apresentará à Secretaria de Estado da Saúde, ao término de cada exercício financeiro, relatório pertinente à execução do contrato, que deverá ser encaminhado ao Conselho Estado Estadual da Saúde, cabendo à Secretaria de Estado da Saúde emitir relatórios de avaliação do cumprimento das metas acordadas.

Art. 20. Caberá à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná promover a ampla divulgação, por meios físicos e eletrônicos, dos relatórios sobre a execução dos Contratos de Gestão, contemplando os demonstrativos orçamentários e financeiros, bem como dos pareceres das instâncias da Secretaria de Estado da Saúde competentes pelo acompanhamento e avaliação, devendo ser encaminhado cópia ao Conselho Estado de Saúde.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 21. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná se sujeitará às normas de fiscalização e controle previstos em seu Estatuto e à supervisão da Secretaria de Estado da Saúde, para efeito de cumprimento de seus objetivos estatutários, harmonização de sua atuação com a política estadual de saúde e obtenção de eficiência administrativa.

Art. 22. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverá submeter suas contas relativas a cada exercício fiscal à apreciação dos órgãos de controle interno do Governo de Estado, ao Conselho Estadual de Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO VII DAS RESPONSABILIDADES DOS DIRIGENTES

Art. 23. Constitui responsabilidade dos membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva o fiel cumprimento das cláusulas do Contrato de Gestão, especialmente no que se refere ao plano operativo.

§ 1º O descumprimento total ou parcial das cláusulas, objetivos e responsabilidades dos dirigentes estabelecidos no contrato, assim como a reiterada insuficiência de desempenho da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná motivará a demissão dos membros da Direção Executiva, conforme disposto no Estatuto.

§ 2º Os membros do Conselho Curador, nos casos em que houver indícios de descumprimento total ou parcial das metas e obrigações pactuadas no Contrato de Gestão ou de insuficiência de desempenho da entidade, deverão levar o assunto à consideração da Secretaria Estado da Saúde para adoção ou indicação das medidas administrativas cabíveis previstas nesta Lei, no Estatuto e no Contrato de Gestão.

Art. 24. Os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva respondem administrativa e civilmente pelos prejuízos que causarem à entidade, quando procederem:

I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; e

II - com violação da lei, do Estatuto e do Contrato de Gestão.

§ 1º Os dirigentes não são responsáveis por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles forem coniventes, se negligenciarem na fiscalização ou se, de tais atos tendo conhecimento, deixarem de agir para impedir a sua prática.

§ 2º Exime-se de responsabilidade o dirigente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do Conselho Curador ou da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VIII DAS COMPRAS E DOS CONTRATOS

Art. 25. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná estará sujeita às normas gerais estabelecidas para as licitações e contratos, podendo elaborar regulamento próprio nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que deverá ser aprovado pelo Conselho Curador e publicado na imprensa oficial.

CAPÍTULO IX ENSINO, PESQUISA E AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS

Art. 26. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa e avaliação de tecnologias de saúde, podendo captar recursos financeiros para fomento e desenvolvimento de pesquisas e da educação permanente em saúde junto ao Poder Público e à iniciativa privada, mediante aprovação do Conselho Curador.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Os serviços de saúde prestados diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde que passarem a ser executados pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverão ser transferidos mediante Contrato de Gestão autorizados pelo Governador do Estado.

Art. 28. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá solicitar a disposição funcional de servidores ou a cessão de empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, Direta ou Indireta, quaisquer que sejam as atividades a serem exercidas.

§ 1º Os servidores estatutários do Estado da Administração Direta, autarquias e fundações de direito público que vierem a ser colocados em disposição funcional para a Fundação, conforme *caput* deste artigo, farão jus à manutenção do vencimento vigente e gratificações que, por decreto, forem consideradas compatíveis com o exercício na Fundação, ficando ainda garantida a trajetória de carreira prevista em seu regime jurídico.

§ 2º O afastamento na forma do §1º deste artigo não interrompe a contagem do tempo de serviço, considerando-se como efetivo exercício para todos os fins legais.

Art. 29. Na hipótese do §1º do art. 28 desta Lei, o afastamento do servidor poderá ser efetivado com ônus para a origem, ou com ônus para a origem mediante ressarcimento.

Art. 30. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná poderá designar para funções de direção, chefia e assessoramento o servidor ou empregado público a ela cedido.

Parágrafo único. A contraprestação pecuniária decorrente do exercício da função a que se refere o *caput* deste artigo não se incorporará à remuneração de origem do servidor ou empregado público para qualquer efeito, nem produzirá efeitos de incorporação em proventos ou pensões.

Art. 31. Enquanto não for firmado o primeiro Contrato de Gestão entre a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Saúde, fica o Poder Executivo autorizado a definir dotação orçamentária para o custeio de suas despesas mensais, mediante plano de aplicação, não caracterizando essa exceção relação de dependência orçamentária da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná em relação ao Estado.

Parágrafo único. Fica estipulado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a celebração do primeiro Contrato de Gestão.

Art. 32. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde de Estado do Paraná não é dependente do orçamento estadual, devendo aprovar seu próprio orçamento, de acordo com os contratos que firmar, em especial, com a Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo único. A administração deverá tomar as medidas orçamentárias necessárias para as condições e obrigações assumidas nos Contratos de Gestão firmados com a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná.

Art. 33. A contabilidade da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná submeter-se-á às regras estabelecidas para as empresas estatais, no que couber.

Art. 34. A instalação da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná e o início do exercício de suas competências dar-se-ão a partir do registro no cartório competente da escritura pública de sua constituição.

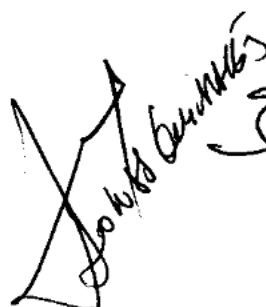

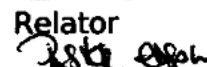

Parágrafo único. O Secretário de Estado da Saúde adotará as medidas necessárias para a instituição da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 35. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná deverá observar, no que couber, as disposições do Título VIII da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 25 FEV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI N.º 57, DE 2013

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º - É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à gestante.

Parágrafo Único - As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

I - A utilização das vagas será feita mediante a utilização de adesivo de identificação, afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local.

II - A obtenção do adesivo de identificação se dará exclusivamente por meio da apresentação de laudo médico atestando o período gestacional junto à autoridade de trânsito.

Art. 2º - As vagas a que se refere o caput do artigo anterior devem possuir maior dimensão em relação às vagas normais de estacionamento.

§ 1º - As vagas especiais de estacionamento devem possuir, no mínimo, um terço a mais de área em relação às vagas normais de estacionamento.

§ 2º - A localização das vagas especiais de estacionamento deve ser escolhida tendo em conta a facilidade de acesso, a proximidade com as áreas de maior interesse na localidade e localização dos meios de circulação de pedestres.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2013.

BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

A destinação de vagas especiais de estacionamento vem conferindo outro modo de utilização dos espaços urbanos com base no respeito às diferenças e às necessidades especiais diversas.

No entanto, a ausência de disposição de vagas especiais de estacionamentos para gestantes impede a efetivação de tais direitos e da garantia das garantias e direitos fundamentais da pessoa humana para mulheres na condição de gestantes que necessitam de cuidados especiais e facilidades no cotidiano das grandes cidades.

Por oportuno, o presente Projeto de Lei visa destinar vagas de estacionamento especialmente para gestantes, facilitando-lhes a locomoção nas cidades e o acesso a prédios públicos, hospitais, clínicas e outros estabelecimentos, efetivando seus direitos e garantias constitucionais e possibilitando seu exercício pleno da cidadania.

Posto isto, requer-se o apoio dos Deputados desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Projeto de Lei nº 57/2013

Autor: Deputado Bernardo Carli

Súmula: Dispõe sobre reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

EMENTA: DISPÕE SOBRE RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA GESTANTES. POSSIBILIDADE. ARTS. 24, XII E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 12, II E 157 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 214, III DA LEI Nº. 9.503/97. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Bernardo Carli, tem por objetivo dispor sobre reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes. Visando, ainda, facilitar a locomoção nas cidades e o acesso a prédios públicos, hospitais, clínicas e outros estabelecimentos, efetivando seus direitos e garantias constitucionais e possibilitando seu exercício pleno da cidadania.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

No que tange ao objeto da proposição em análise, a **Constituição Federal**, diploma legal de ordem máxima no ordenamento jurídico, dispõe que é de competência dos Estados legislar concorrentemente sobre a saúde, bem como preceitua que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

No mesmo prisma, a **Constituição Estadual** versa sobre a saúde nos seus artigos 12, II e 167, dispondo que é de competência do Estado em comum com a União cuidar da saúde e assistência pública. Aponta ainda



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



que, a saúde é dever de todos e Estado prevenir e reduzir as doenças, consoante abaixo se infere:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Corroborando com a ideia de importância do objeto em questão - *vagas de estacionamento para gestantes*, a **Lei Federal 9.503 de 1997**, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, trás em seu artigo 214, III, que, deixar de dar preferência de passagem para gestantes, incorrerá nas penalidades previstas na referida Lei, conforme se denota:

Art. 214. Deixar de dar preferência de passagem a pedestre e a veículo não motorizado:

III - portadores de deficiência física, crianças, idosos e gestantes:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça





Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade e técnica legislativa.


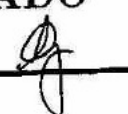
Sala das Comissões, 07 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



APROVADO


07.05.13 

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 57/2013

AUTOR: DEPUTADO BERNARDO CARLI

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Dispõe sobre reserva de vagas de estacionamento para gestantes.

Preâmbulo:

O presente Projeto de Lei, da lavra do Deputado Estadual Bernardo Carli, tem por escopo a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

Fundamentação:

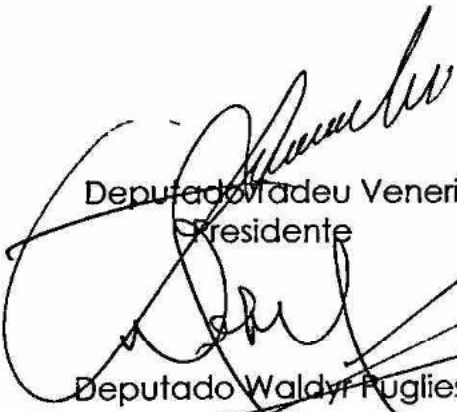
A iniciativa fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, tendo como fundamento o respeito às diferenças e às necessidades especiais. Visa assegurar maior facilidade; possibilidade de locomoção e acesso para gestantes, principalmente nos grandes centros.

Desta forma, vê-se que existe interesse na proposição em proteger o interesse das mulheres que sofrem os mais variados constrangimentos na fase de gestação.

Diante da competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, prevista no artigo 33-U do Regimento Interno desta Casa, existe compatibilidade com a presente proposição.


Desta forma, opina-se pela aprovação do **Projeto de Lei nº. 57/2013**.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2013.


Deputado Márcio Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator


WILSON QUINTERO


NEY LEPREVOST



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 57/2013, de autoria do Deputado Bernardo Carti, tem por objetivo dispor sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

"Esse já é um direito previsto no Código Nacional de Trânsito, assim como o que é garantido aos idosos e aos portadores de necessidades especiais, mas que infelizmente é ignorado", considerando as dificuldades enfrentadas muitas vezes por gestantes que, às vezes, têm dificuldades de estacionamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



São evidentes as vantagens deste Projeto de Lei, que visa estritamente regularizar e ampliar a rede de trabalho desses profissionais, muitas vezes esquecidos pelos nossos legisladores.

CONCLUSÃO

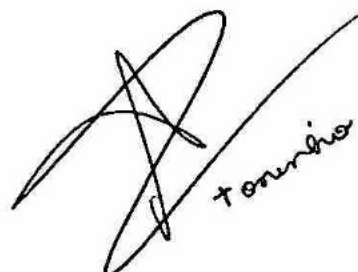
Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 57/2013.


Sala das Comissões, 8 de julho de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Caio Quintana
Relator


Wilson


Toninho


Nelson



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 57/13

SÚMULA: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes

AUTOR: Deputado Bernardo Carli

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e da Comissão de Indústria e Comércio.

ANÁLISE E PARECER:

Pretende o autor assegurar às gestantes o direito à vaga de estacionamento em local mais acessível e que ofereça maior comodidade às mesmas.

Considerando-se que durante a gravidez as mulheres necessitam de cuidados especiais, haja vista que estão gerando uma vida (em alguns casos mais de uma) e que a cada dia que passa as dificuldades de locomoção e movimentação são evidentemente maiores, entendemos que seja este mais um direito da mulher que, com o presente projeto de lei, será respeitado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Diante do exposto e chamada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher a se manifestar, conforme Artigo 33-X do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e reconhecendo como indiscutível o mérito da matéria, somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 57/2013 e à continuidade de sua tramitação nesta Casa de Leis.



Sala de Reuniões, em 13 de agosto de 2013.

DEP. CANTORA MARA LIMA
Presidente

DEP. ROSE "LITRO"
Relatora

Gilberto Martin.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Emenda de Plenário nº 01
DAP 05 NOV. 2013
Visto Cláudio



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N.º 57/2013

Acresce os incisos III e IV ao artigo 1º do Projeto de Lei n.º 57/2013 de autoria do Deputado Bernardo Carli, que passa a contar com a seguinte redação:

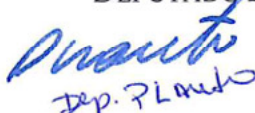
SÚMULA: DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA GESTANTES NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

III - O adesivo de identificação a que se refere este artigo tem validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida do infante.

IV - O período de validade deve constar de forma visível na parte frontal do adesivo, indicando-se o início e o fim da vigência do benefício, com destaque para o mês e ano da concessão e do vencimento.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2013.


BERNARDO RIBAS CARLI
DEPUTADO ESTADUAL


Dep. Paulo


Dep. Rasca


Dep. Anderson Bueno

Dep. Wilson Quirino



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente *Emenda Aditiva* ao Projeto de Lei n.º 57/2013 na necessidade de regulamentação acerca da vigência do benefício da utilização das vagas de estacionamento especial impostas pelo projeto, dispondo sobre a validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses do benefício e a sua forma de identificação através de adesivo com data de validade.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Com fulcro nos artigos 137, §4º e 141, I do Regimento Interno desta Casa de Leis, fica alterada a súmula e o art. 1º do Projeto de Lei 57/2013, que passa a contar com a seguinte redação:

Emenda de Plenário nº 02
DAP 05 NOV. 2013
Visto Alana

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional e **pessoas acompanhadas de crianças de colo com até 02 (dois) anos de idade**, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade **aos beneficiários**.

(...)

II – A obtenção do adesivo de identificação se dará exclusivamente **através de comprovação de uma das condições previstas no caput** junto à autoridade de trânsito.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2013.

Alceu Nogueira

Dep. Tadeu Vences

DEPUTADO ANIBELLI NETO

Gilberto Mendes

Dep. Ademir Bion
Dep. Enio Vences

15:26 05/11/2013 009618 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei 57/2013, de autoria do nobre Deputado Bernardo Ribas Carli, tem por objetivo reservar vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

Trata-se de uma louvável iniciativa que busca reconhecer a necessidade de um tratamento diferenciado no que se refere a proteção dos direitos e garantias fundamentais de alguns segmentos da sociedade, através de um modo de utilização seletivo dos espaços urbanos, facilitando a locomoção aos cidadãos que encontram certa dificuldade, no caso devido à gravidez.

Consideramos que o direito a utilizar tais espaços deve ser estendido às pessoas acompanhadas de crianças de colo com até dois anos de idade, uma vez que os pais com crianças de colo encontram dificuldade de locomoção semelhante às gestantes.

O numero de vagas, sua identificação e forma de concessão permanecerão o mesmo do Projeto original, apenas sendo estendido o benefício da utilização das vagas a quem trazer crianças de colo.

Diante do exposto, certo da importância da ampliação do benefício da utilização das vagas, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2013.


DEPUTADO ANIBELLI NETO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre **DUAS EMENDAS** apresentadas em plenário, uma de autoria do Deputado Bernardo Carli e outra do Deputado Anibelli Neto, no **Projeto de Lei nº 57/2013**, de autoria do Deputado Bernardo Carli que *DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA GESTANTES*.

*Relator: Deputado **PEDRO LUPION***

I - RELATÓRIO

Vieram a essa Comissão de Constituição e Justiça duas emendas apresentadas em plenário no Projeto de Lei (PL) nº 57/2013, de autoria do Deputado Ribas Carli que: *Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes*.

Dispensa-se o relatório sobre a proposição em si, uma vez que já fora devidamente analisada tanto por essa Comissão como pelas temáticas, sofrendo emenda tão somente em plenário. Portanto, compreende ser desnecessário tecer maiores comentários sobre a constitucionalidade e mérito da proposta, restringindo o presente parecer tão somente em relação às emendas apresentadas.

A primeira emenda apresentada em plenário é do próprio autor do PL, argumenta que é necessário a regulamentação acerca da vigência do benefício da utilização das vagas de estacionamento especial imposta no PL, dispondo sobre a validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses do benefício e a sua forma de identificação por intermédio de adesivo com data de validade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LANZA
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Por sua vez, o Deputado Anibelli Neto apresentou emenda no sentido que as pessoas acompanhadas de crianças de colo de colo com até 02 (dois) anos de idade, acrescentando o critério para a obtenção da credencial.

Desta forma, o PL retornou para Comissão de Constituição e Justiça, com a finalidade de analisar a constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e adequação regimental.

É O RELATÓRIO.

II – ANÁLISE E VOTO.

Inicialmente, cumpre-me contextualizar a necessidade do presente Projeto de Lei passar pela análise desta Comissão, que por sua vez não se restringe tão somente ao que determina o artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, permite evitar as arbitrariedades contra os cidadãos e colocam limites ao poder estatal.²

Neste contexto, esta análise é necessária uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Pois bem, desta forma passa-se à análise das emendas apresentadas.

Em relação a emenda apresentada pelo Deputado Bernardo Carli, autor do PL, não se verifica qualquer óbice em sua tramitação, considerando que fora apresentada

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



tempestivamente, na oportunidade regimental, bem como não altera e/ou descaracteriza sua essência.

Isto se deve, uma vez que a emenda aditiva do Deputado Bernardo Carli, visa aperfeiçoar o PL em relação a credencial e sua validade, ou seja, apenas aspectos operacionais da determinação que visa implementar quanto a reserva de vagas.

Por sua vez, a emenda modificativa apresentada pelo Deputado Anibelli Neto visa modificar o PL, inclusive alterando substancialmente o seu objeto, uma vez que estende os pretensos benefícios previstos no PL para pessoas acompanhadas de crianças de até dois (02) anos.

Desta forma, uma vez que altera substancialmente o Projeto de Lei, descaracterizando por completo os objetivos da proposta que é beneficiar tão somente as gestantes, entendo que a emenda modificativa apresentada não atende os critérios regimentais, devendo ser rejeitada.

Assim, com fundamento no artigo 137, §4º³ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a emenda modificativa (emenda de plenário nº 02) deve ser rejeitada.

Por fim, com o objetivo de aprimorar o presente PL, facilitando inclusive a sua tramitação perante as demais comissões apresenta-se a inclusa subemenda substitutiva geral, nos termos do artigo 138 c/c o artigo 137§2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

É O VOTO.

³ Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

[...]

§4º Emenda modificativa é a proposição que se acrescenta outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

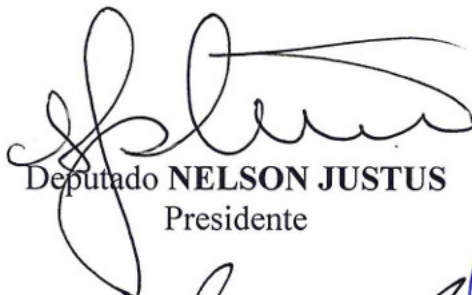
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



III - CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da EMENDA ADITIVA, apresentada pelo Deputado Bernardo Carli, em plenário na forma da **SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** ora apresentada. E ainda, pela **REJEIÇÃO** da emenda apresentada em plenário pelo Deputado Anibelli Neto, nos termos do artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

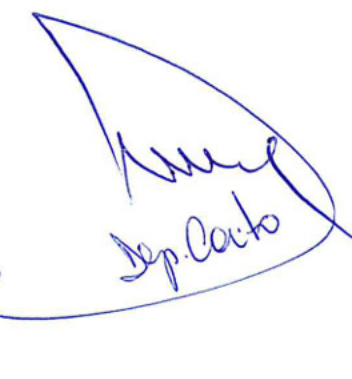
Sala das Comissões, 26 de Novembro de 2013.

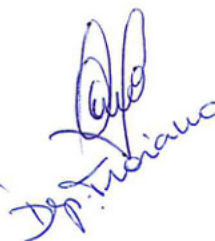

Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente


Deputado **PEDRO LUPION**
Relator


Dep. Sarcos


Dep. Quinteiro



Dep. Carli


Dep. Trianco


Dep. Tucini


Dep. Pastor

APROVADO

26.11.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 57/2013

O Projeto de Lei n.º 57/2013 de autoria do Deputado Bernardo Carli, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA GESTANTES NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1º - É assegurada a reserva, para gestantes durante todo o período gestacional, de vagas preferenciais nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à gestante.

Parágrafo Único - As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

I - A utilização das vagas será feita mediante a utilização de adesivo de identificação, afixado no veículo, fornecido pela autoridade de trânsito local.

II - A obtenção do adesivo de identificação se dará exclusivamente por meio da apresentação de laudo médico atestando o período gestacional junto à autoridade de trânsito.

III - O adesivo de identificação a que se refere este artigo tem validade pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida do infante, iniciando-se da data da constatação da gestação.

IV - O período de validade deve constar de forma visível na parte frontal do adesivo, indicando-se o início e o fim da vigência do benefício, com destaque para o mês e ano da concessão e do vencimento.

Art. 2º - As vagas a que se refere o caput do artigo anterior devem possuir maior dimensão em relação às vagas normais de estacionamento, exceto quando o local destinado ao estacionamento não possuir área que possibilite a fixação de vaga em tamanho maior.

§ 1º - As vagas especiais de estacionamento devem possuir, no mínimo, um terço a mais de área em relação às vagas normais de estacionamento.

§ 2º - A localização das vagas especiais de estacionamento deve ser escolhida tendo em conta a facilidade de acesso, a proximidade com as áreas de maior interesse na localidade e localização dos meios de circulação de pedestres.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



Art. 3º - O uso de vagas destinadas às gestantes em desacordo com o disposto nesta Lei caracteriza infração prevista no art. 181, inciso XVII do Código de Trânsito Brasileiro.


Art. 4º - O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável legal pelo estacionamento à multa de 10 (dez) a 100 (cem) UPF/PR por infração, fixando-se a multa no mínimo em caso de primariedade e no máximo em caso de reincidência.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de Novembro de 2013.


DEPUTADO PEDRO LUPION.
RELATOR/AUTOR DA EMENDA.


DEPUTADO NELSON JUSTUS.
PRESIDENTE.


Dep. Quinteiro

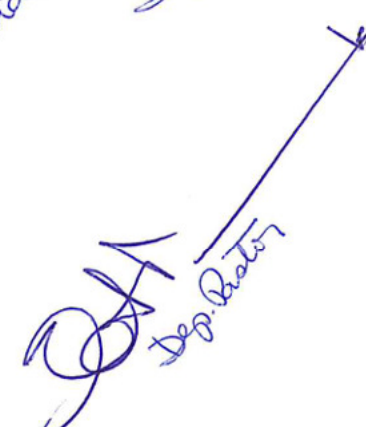

Dep. Coito


Dep. Turiani


Dep. Triciano


Dep. Sena

APROVADO


Dep. Bator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
GABINETE PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO LUPION
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente *Subemenda Substitutiva Geral* ao Projeto de Lei n.º 57/2013 na necessidade de esclarecimento da norma em relação às áreas em que haja a impossibilidade de fixação e reserva de vaga em tamanho maior do que as vagas normais de estacionamento, prevendo a exceção no próprio texto do caput do art. 2º, bem como pela fixação da data do início da vigência do benefício a contar a partir da data da constatação da gestação, além da indicação da legislação aplicável em caso de descumprimento da regulamentação prevista no projeto e da consequente penalidade cabível.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



RECURSO À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02 AO PROJETO 57/2013

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei 57/2013 de autoria do Deputado Bernardo Carli, tem por objetivo garantir a reserva de vagas de estacionamento para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

Recebeu parecer favorável de diversas Comissões desta Casa e, em segunda discussão em Plenário, recebeu duas emendas.

A primeira emenda, de autoria do próprio autor do Projeto, tem o escopo de incluir dois incisos ao seu artigo primeiro, estabelecendo uma validade de 24 (vinte e quatro) meses ao adesivo de identificação que permite a utilização das vagas especiais, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida do infante, determinando ainda que tal período de validade deve constar de forma visível com destaque para o mês e ano de sua concessão.

A segunda emenda, de autoria do parlamentar que o presente subscreve, tem por objetivo estender o benefício da utilização das vagas especiais a pessoas acompanhadas de crianças de colo com até dois anos de idade, considerando a dificuldade de locomoção de qualquer pessoa que as acompanhe.

Na reunião realizada pela CCJ no dia 26/11/2013, o Deputado Pedro Lupion relatou as duas emendas de plenário, sendo a primeira aprovada e a segunda rejeitada, sob a alegação de descaracterizar a essência do Projeto original.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Recebido

Em 03/12/2013

Por Jonora Gomes



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PRELIMINAR

Inicialmente, observamos a legitimidade da apresentação de tal recurso, uma vez que de acordo com o artigo 33-A, §2º do Regimento Interno desta Casa, o autor poderá recorrer, em três dias contados da publicação do parecer em Diário Oficial, da decisão que julgar a proposição inconstitucional:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

§2º O Autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão.

Cabe ressaltar que de acordo com o próprio Regimento Interno, proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, incluídas entre elas as emendas:

Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

A ata da reunião na qual a emenda foi rejeitada ainda não havia sido publicada em diário oficial até o momento da protocolização do presente recurso, restando clara a tempestividade do mesmo.

FUNDAMENTAÇÃO

O Parecer do Relator, aprovado por esta Comissão, aponta como motivo para rejeição da emenda de plenário nº 02 uma suposta alteração da essência do Projeto original. Alega que a referida alteração



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



descaracteriza por completo os objetivos da proposta, que é beneficiar tão somente as gestantes com a reserva das vagas.

Fundamenta sua decisão no art. 137 do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que a emenda modificativa é uma proposição que acrescenta outra, mas não descaracteriza sua essência.

Ocorre que a essência do Projeto em tela é a garantia de reserva de vagas de estacionamento para pessoas com dificuldade de locomoção. Ele vem no mesmo sentido das Leis Federais que dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento para idosos e deficientes físicos, buscando um tratamento diferenciado a certos grupos de pessoas, tendo como justificativa sua mobilidade reduzida. No caso em análise, a dificuldade é transitória, justificando um maior cuidado com a identificação de seus beneficiários.

A emenda de plenário apresentada pelo Deputado Anibelli Neto tem por objetivo ampliar o rol de beneficiários e o período em que eles poderão usufruir das vagas de estacionamento, mas afirmar que tal ampliação descaracteriza a essência do Projeto original consiste em uma análise superficial do tema.

A própria justificativa do projeto dispõe que "a destinação de vagas especiais de estacionamento vem conferindo outro modo de utilização dos espaços urbanos com base no respeito às diferenças e às necessidades especiais diversas", o que confirma que sua essência é a garantia de um privilégio no que diz respeito à locomoção de pessoas que devem ser tratadas de forma prioritária. Tal dificuldade não se dá apenas quando se tem o infante no ventre materno, mas também nos seus primeiros anos de vida, onde os pais das crianças e qualquer outra pessoa ou parente que as estejam



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



acompanhando precisam carregar as crianças, carrinhos e outros objetos para seu uso, justificando o acesso às vagas preferenciais.

A emenda do próprio autor do Projeto, aprovada na CCJ, também tem por objetivo ampliar o prazo em que se pode utilizar a referida vaga, estabelecendo um período de 24 (vinte e quatro) meses de utilização das vagas especiais, compreendendo todo o período gestacional, bem como os primeiros meses de vida da criança. Tal emenda tinha um objetivo parecido com a emenda de plenário nº 02, sendo que as duas estendem o período de permissão para utilização da vaga, com a diferença que a segunda emenda estende também tal direito às demais pessoas acompanhadas de crianças de colo, enquanto a emenda nº 01 inclui as mães, mesmo assim não a limitando apenas às gestantes.

No que se refere à legitimidade do parlamentar para ampliar a abrangência de um Projeto de Lei, o próprio artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, já citado no parecer do relator, é claro ao assegurar que **a emenda modificativa pode ser ampliativa**, conforme se demonstra através de uma leitura simples do seu parágrafo 7º:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas:

§7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

Mais do que a simples indicação da possibilidade de tal emenda ser ampliativa, **o Regimento Interno dispõe expressamente que a emenda ampliativa poderá estender a outra pessoa ou objeto a disposição a**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



que se refere. É exatamente o caso da emenda de plenário nº 02, que estende a garantia proposta pelo Projeto original.

Importante salientar que o mérito de tal extensão deve ser analisada pelo Plenário desta Casa, que discutirá a importância e a viabilidade de sua implantação, mas **no que se refere à legalidade e competência para apresentação da referida emenda, encontramos completa legitimidade e pleno amparo no Regimento Interno.**

Tal medida já vem sendo implantada em Municípios como São Paulo, Piracicaba, Salvador e Blumenau e discutida através de três Projetos no Congresso Nacional, sendo que os motivos para implantação dos projetos foram tomadas como base para a apresentação da emenda de plenário nº 2.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, certo do respeito à competência e da legalidade da apresentação da Emenda de Plenário nº 02 ao Projeto de Lei nº 57/2013, requer a revisão da decisão proferida pela Comissão de Constituição e Justiça que negou seu prosseguimento, no sentido de dar um novo entendimento a matéria tratada e aprovar a Emenda na presente Comissão, possibilitando sua análise em Sessão Plenária.

Sala das Comissões, 03 de dezembro de 2013.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



**RECURSO CONTRA: PARECER CONTRÁRIO À EMENDA DE PLENÁRIO
Nº02 AO PROJETO DE LEI Nº. 57/2013
RECORRENTE: ANTONIO ANIBELLI NETO**

**EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER
CONTRÁRIO DA CCJ NA FORMA DO
REGIMENTO INTERNO ALEP – ART. 33-A, §
2º - PRAZO DE 03 DIAS ÚTEIS A CONTAR
DA PUBLICAÇÃO DO PARECER –
RECURSO TEMPESTIVO – RECURSO
CONHECIDO – NOMEAÇÃO DE NOVO
RELATOR.**

Insurge-se o postulante contra o parecer, aprovado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu ser inconstitucional a presente emenda, de sua autoria.

De acordo com o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-A, § 2º:

§ 2º - O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão. O recurso será recebido pelo Presidente da Comissão que, após atestada a tempestividade e os fundamentos plausíveis



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



para reforma, imediatamente designará novo relator.

Conforme se depreende da leitura do supracitado artigo do Regimento Interno desta Casa de Leis, a impugnação do autor a esta Comissão Permanente deve ser protocolada no prazo de 03 dias úteis na CCJ, tendo mais 02 (dois) dias ainda para o recurso de plenário.

Assim, considerando-se que a **publicação no veículo oficial** de divulgação dos atos do Poder Legislativo se deu em **04 DE Dezembro DE 2013**, conforme cópia do Diário Oficial em anexo, e que, iniciando a contagem como determinado no Regimento, temos que a Impugnação ora em análise, foi **protocolada** junto à Comissão de Constituição e Justiça na data de **03 DE dezembro DE 2013**, estando assim **dentro do prazo recursal**.

Desta forma, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, **CONHEÇO DO RECURSO**, no sentido de que seja o presente Projeto de Lei incluído na pauta para nova deliberação, determinando para tanto, a **nomeação de novo relator**.

Publique-se.

Sala das Comissões, em 14 de fevereiro de 2013.


Dep. Nelson Justus

Presidente da CCJ

Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini. *Revoga as leis nºs 827/1951, 5.271/1966, 5.913/1969, 6.804/1976, 8.315/1986 e 8.830/1988.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 31–PROJETO DE LEI 509/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 7.723/1983.* RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 32–PROJETO DE LEI 510/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 7.750/1983.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 33–PROJETO DE LEI 511/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 5.449/1966.* RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 34–PROJETO DE LEI 534/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Rose Litro. *Revoga a lei nº 13.016 de 11 de dezembro de 2000.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pelo Relator. 35–PROJETO DE LEI 535/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Rose Litro. *Revoga a lei nº 7.083, de 5 de janeiro de 1979.* RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 36–PROJETO DE LEI 536/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Rose Litro e Dep. Tercílio Turini. *Revoga as leis nºs 5.745/1968, nº 6.144/1970, nº 8.314/1986 e nº 8.911/1988.* RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 37–PROJETO DE LEI 537/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Rose Litro e Dep. Tercílio Turini. *Altera a redação da lei nº 6959/1977 – Declaração de Utilidade Pública.* RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 38–PROJETO DE LEI 570/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion. *Altera a lei nº 11.822/1997.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: FAVORÁVEL – Aprovado. 39–PROJETO DE LEI 571/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion. *Altera a lei nº 6.090/1970.* RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JÚNIOR. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Caline Favretto Gondim
Coordenadora
Mat. 6246

117364/2013

17ª. LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
26 DE NOVEMBRO DE 2013

Ao vigésimo sexto dia do mês de Novembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Excmo. Deputado: Nelson Justus (Presidente), Pedro Lupion, Fernando Scanavaca, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Tercílio Turini, Bernardo Ribas Carli, Péricles de Mello, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Wilson Quinteiro e Caio Quintana. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente sessão: 01- PROJETO DE LEI 660/2013 - Mensagem nº 157/2013 * REGIME DE URGÊNCIA *. Autor: Poder Executivo. *Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florestópolis.* RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 02- PROJETO DE LEI 661/2013 - Mensagem nº 159/2013 * REGIME DE URGÊNCIA *. Autor: Poder Executivo. *Autoriza a Transformação da Autarquia Administrativa dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA em Empresa Pública, sob a mesma denominação, e dá outras providências.* RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Péricles de Mello. 03- PROJETO DE LEI 662/2013 - Mensagem nº 158/2013 * REGIME DE URGÊNCIA *. Autor: Poder Executivo. *Dá nova redação ao Art. 7º da Lei nº 16.372, de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 2012 e 17.204, de 2012.* RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 04- PROJETO DE LEI 533/2012 * REGIME DE URGÊNCIA *. Autor: Tribunal de Justiça. *Altera a Redação dos Artigos 1º e 2º da Lei nº 15.942/ 2008, que criou o Fundo da Justiça do Poder Judiciário.* RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA. PARECER: ADIADO pelo Relator. 05- PROJETO DE LEI 609/2013. Autor: Tribunal de Justiça. *Altera as Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei Estadual nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.* RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA. PARECER: ADIADO pelo Relator. 06- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 17/2013. Autor: Dep. Bernardo Carli. Autor da Emenda: Dep. Fernando Scanavaca. *Regulamenta a Publicidade Visual por meio de Outdoors, Painéis, Letreiros e outros meios de divulgação publicitária nas Rodovias Estaduais.* RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: RETIRADO DE PAUTA a pedido do Autor. 07- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 57/2013. Autor: Dep. Bernardo Carli. Autor da 1ª Emenda: Dep. Bernardo Carli. Autor da 2ª Emenda: Dep. Anibelli. *Dispõe sobre a Reserva de Vagas de Estacionamento Especial para Gestantes.* RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: EMENDA 01- FAVORÁVEL –Aprovado. EMENDA 02- CONTRÁRIO –Aprovado. 08- SUBEMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 261/2013. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. Autor da Emenda: Dep. Rasca Rodrigues. *Institui a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação, a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de maio.* RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO. PARECER: FAVORÁVEL-Aprovado. 09- SUBEMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 06/2013. Autor: Dep. Alexandre Curi. Autor da

Emenda: Dep. Wilson Quinteiro. *Altera a redação do Art. 1º da Lei Complementar nº 83/1998, Região Metropolitana de Maringá.* RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Ademar Traiano. 10- SUBEMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 752/2011. Autor: Dep. Hermas Brandão Junior. Autor da Emenda: Dep. Evandro Junior. *Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis e outros estabelecimentos instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem dos veículos.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Fernando Scanavaca. 11- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 539/2012. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. Autor da Emenda: Dep. Rasca Rodrigues. *Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em animais domésticos de pequeno e grande porte.* RELATOR: DEP. TADEU VENERI. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 12- EMENDA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS AO PROJETO DE LEI 332/2013. Autor: Dep. Gilberto Ribeiro. Autor da Emenda: Dep. Tadeu Veneri e Dep. Wilson Quinteiro. *Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos e judiciais em que figure como parte cidadão portador de deficiência.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO pelo Relator. 13- PROJETO DE LEI 475/2013. Autor: Dep. Tercílio Turini. *Dispõe sobre a substituição imediata no caso de desocupação de cargo público nas áreas em que especifica.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 14- PROJETO DE LEI 379/2013. Autor: Dep. Anibelli Neto. *Proíbe o uso de procedimento de radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.* RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI. PARECER: ADIADO pelo Relator. 15- PROJETO DE LEI 413/2013. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. *Dispõe sobre a indenização de produtores rurais e sobre a proteção de animais silvestres.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: DILIGÊNCIA a Secretária do Meio Ambiente (SEMA) e à Secretária de Agricultura e Abastecimento (SEAB). 16- PROJETO DE LEI 377/2013. Autor: Dep. Paranhos. *Exime agentes públicos do pagamento de indenizações ao estado ou a terceiros, por dano material causado na condução de viatura pública em decorrência da prestação de serviço público de urgência e emergência, aplicada a responsabilidade objetiva do Estado.* RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO. PARECER: DILIGÊNCIA a Secretária de Segurança Pública (SESP) e à Procuradoria Geral do Estado. 17- PROJETO DE LEI 202/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost. *Isenta do ICMS e IPVA os automóveis de passageiros de fabricação nacional quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 18- PROJETO DE LEI 472/2013. Autor: Dep. Belinati. *Institui Penalidade para Estacionamento Irregular, em vaga reservada para pessoas idosas.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: CONTRÁRIO-Aprovado. 19- PROJETO DE LEI 428/2013. Autor: Dep. Nereu Moura. *Revoga a autorização concedida para construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no Estado do Paraná.* RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Péricles de Mello. 20- PROJETO DE LEI 505/2013. Autor: Dep. Rasca Rodrigues. *Dispõe sobre a Criação do Conselho Tutelar de Proteção aos Animais - CTPA, no âmbito do estado do Paraná, e adota outras providências.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 21- PROJETO DE LEI 291/2013. Autor: Dep. Paranhos. *Proíbe o Descarte de Filtro de Cigarro no chão das vias, praças, parques e quaisquer outros logradouros públicos do estado do Paraná.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 22- PROJETO DE LEI 473/2013. Autor: Dep. Péricles de Mello. *Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. João Darcy Ruggeri.* RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 23- PROJETO DE LEI 411/2013. Autor: Dep. Tadeu Veneri. *Institui mecanismo de controle do patrimônio público, instituindo o fundo de provisões para quitação de encargos trabalhistas dos empregados das empresas prestadoras de serviços contratados pelo Estado do Paraná.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 24- PROJETO DE LEI 498/2013. Autor: Dep. Tadeu Veneri. *Torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com banco postal.* RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 25- PROJETO DE LEI 583/2013. Autor: Dep. Belinati. *Dispõe sobre a inclusão de disciplina de musicalização na grade curricular do Estado do Paraná, na forma que especifica, e dá outras providências.* RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 26- PROJETO DE LEI 614/2013. Autor: Dep. Adelino Ribeiro. *Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar o percentual da diferença entre os preços da gasolina e o etanol, e dá outras providências.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 27- PROJETO DE LEI 501/2013. Autor: Dep. Luciana Rafagnin. *Institui o dia 11 de outubro como o dia de Reflexão e Campanha pela Adoção no Estado do Paraná, em favor do cumprimento do Artigo 163 e do § 2º do Artigo 19, do Estatuto da Criança e do Adolescente.* RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 28- PROJETO DE LEI 321/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost. *Institui como Patrono do Comércio do Estado do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Cerro Azul.* RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 29- PROJETO DE LEI 509/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 7.723/1983.* RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO. PARECER: ADIADO em face do término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 30- PROJETO DE LEI 510/2013. Autor: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima. *Revoga a lei nº 7.750/1983.* RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO. PARECER: ADIADO



PARECER AO RECURSO CONTRA REJEIÇÃO DA EMENDA DE PLENARIO
Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 57/2013

Projeto de Lei nº 57/2013

Autor da Emenda: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Bernardo Carli, dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes.

A referida proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça -- CCJ, em 07 de maio de 2013. Sendo que, quando da segunda discussão em Plenário, o referido Projeto recebeu Emenda Aditiva, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli e emenda Modificativa, de autoria do Deputado Anibelli Neto.

VISTA EM 18 / 04 / 14.

Dep. Canto

CCJ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



No entanto, o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça foi favorável a Emenda Aditiva do Deputado Bernardo Carli e Contrário a Emenda Modificativa do Deputado Anibelli Neto, decisão a qual deu ensejo ao Recurso em análise.

FUNDAMENTAÇÃO

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Desta forma, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa a proposição que altera a outra sem descaracterizar sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Compre-nos destacar, o inciso I do § 7º, ainda do artigo 137, que afirma que as emendas modificativas podem ser ampliativas, restritivas e corretivas. Sendo que as ampliativas estendem a outra pessoa ou objeto a disposição a que se refere.

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:
I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

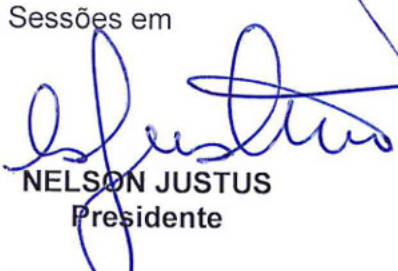
Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n.º 95/1998.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pelo PROVIMENTO do presente Recurso, tendo em vista a LEGALIDADE da emenda apresentada.

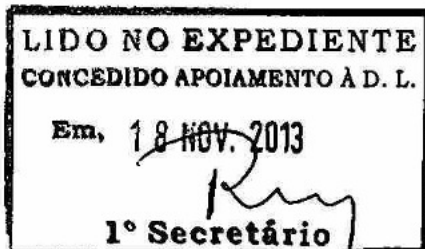
Sala das Sessões em


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator

APROVADO

25.02.14 



PROJETO DE LEI Nº 638/2013

Altera a Lei nº 12.972/2000.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.972, de 25 de outubro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Planalto e foro no Município de Capanema.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

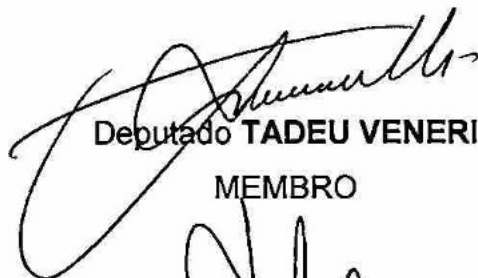
Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.972, de 25 de outubro de 2000 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Planalto. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Planalto e foro no Município de Capanema, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 12972 - 25 de Outubro de 2000

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5857 de 31 de Outubro de 2000

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) com sede e foro no município de Planalto.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), com sede e foro município de Planalto.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 25 de outubro de 2000.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Foro Capanema



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 638/2013

Projeto de Lei nº 638/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 12.972/2000.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.972/2000 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.972/2000. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) com sede e foro no Município de Planalto.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Planalto" para "sede no Município de Planalto e foro no Município de Capanema".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

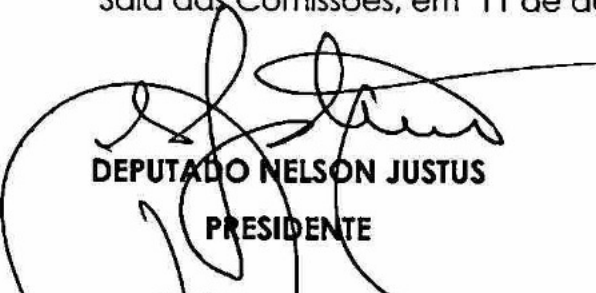
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

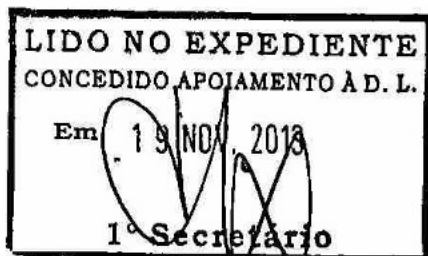



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná



APROVADO
11/12/2013



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 645/2013

Altera a Lei nº 11.008 /1994.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.008, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Nova Tebas e foro no Município de Manoel Ribas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA .

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 11.008, de 27 de dezembro de 1994 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional – APAE, mantenedora da Escola de Especial Face da Vida. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 11008 - 27 de Dezembro de 1994

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 4414 de 27 de Dezembro de 1994

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Face da Vida, com sede na Cidade de Nova Tebas, Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Face da Vida, com sede na Cidade de Nova Tebas - Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de dezembro de 1994.

Mário Pereira
Governador do Estado

Newton Sérgio Ribeiro Grein
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO**

topo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 645/2013

Projeto de Lei nº. 645/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.008/1994.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.008/1994 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA EXCEPCIONAL- APAE, MANTENEDORA DA ESCOLA DE ESPECIAL FAÇA DA VIDA” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 11.008/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional- APAE, mantenedora da Escola Especial Faze da Vida, com sede na Cidade de Nova Tebas, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional- APAE, mantenedora da Escola de Especial Face da Vida" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

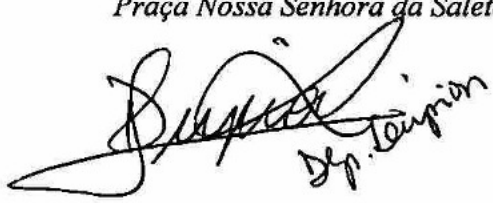

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

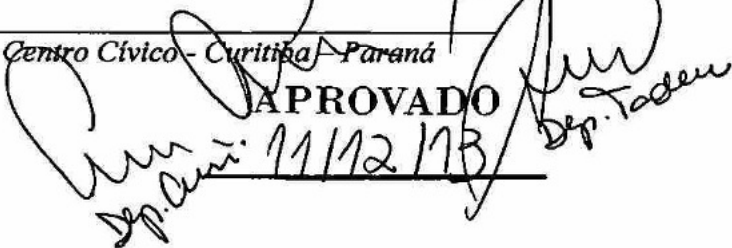

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11/12/13


Dep. Targino


Dep. Tadeu

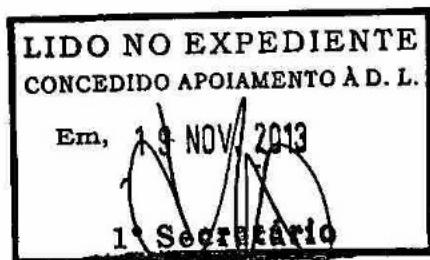

Dep. Traiano


Dep. Turini



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 647/2013

Altera a Lei nº 6.286/1972.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 6.286, de 15 de junho de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mandaguari."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

15:30 19/11/2013 010041 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TEÓFILO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 6.286, de 15 de junho de 1972 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional – APAE, mantenedora da Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho. Contudo, verifica-se que no Estatuto Social da entidade consta nome divergente, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 6286 - 15 de Junho de 1972

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 74 de 19 de Junho de 1972.

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na cidade de Mandaguari.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na cidade de Mandaguari, mantenedora da Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho, da mesma cidade.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15 de junho de 1972.

Pedro Viriato Parigot de Souza
Governador do Estado

Osmário Zilli
Secretário do Trabalho e Assistência Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
**ESTADO DE
GOVERNO**



DIVERGÊNCIA - ESTADO. CNPS. COM A Lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 647/2013

Projeto de Lei nº. 647/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 6.286/1972.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.286/1972 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA EXCEPCIONAL- APAE, MANTENEDORA DA ESCOLA DE EXCEPCIONAIS DOM JAYME LUIZ COELHO” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 6.286/1972 . Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional, com sede e foro na Cidade de Mandaguari.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.


Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.






CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

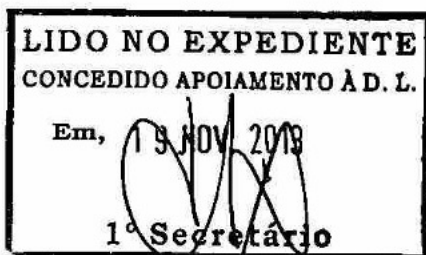





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11. 12. 13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 648 /2013

Altera a Lei nº 12.287/1998.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.287, de 18 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.287, de 18 de agosto de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Fênix. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 12287 - 18 de Agosto de 1998

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 5324 de 28 de Agosto de 1998

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Fênix.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Fênix.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de agosto de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Foro Engenheiro Beltrão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 648/2013

Projeto de Lei nº 648/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 12.287/1998.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.287/1998 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.287/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, com sede e foro no Município de Fênix.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Fênix" para "sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



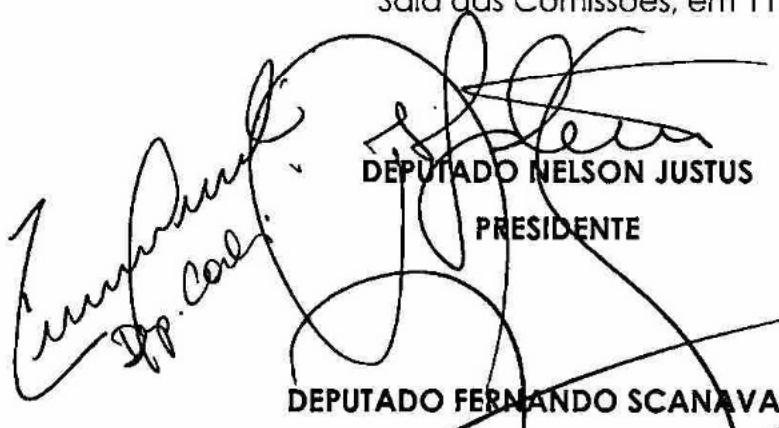
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

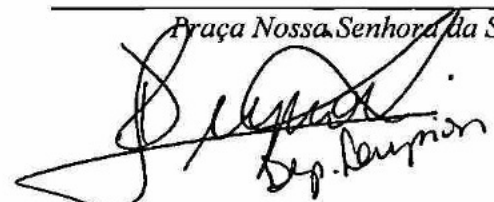
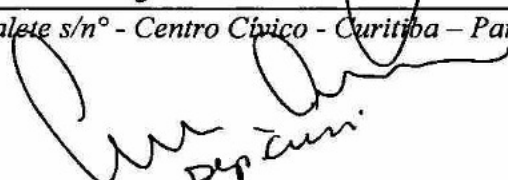
Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


APROVADO

11.112.113



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná